

Filomena Viegas, Associação de Professores de Português:

Mateus, Maria Helena Mira (2014). *A Língua Portuguesa, Teoria, Aplicação e Investigação*. Lisboa: Edições Colibri.

Compõem esta publicação doze textos escritos entre 2002 e 2012; oito foram apresentados pela autora em conferências, congressos e seminários, dois dos quatro restantes foram publicados em revistas, o terceiro no volume comemorativo do Centro de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (CLUP) e o quarto na obra de homenagem a Isabel Hub Faria.

O volume está organizado em quatro partes que congregam trabalhos sobre temas distintos: I- Língua e Cultura; II-Reflexões sobre o ensino da língua; III-Dos Gramáticos e das Gramáticas; IV-Teoria e aplicações da fonologia.

Os dois artigos sobre Língua e Cultura – “Língua e cultura: onde estão as marcas da nossa identificação?” e “Difusão da Língua Portuguesa no Mundo” – respetivamente de 2006 e 2008, inserem-se no tema da *política da língua*, a qual, segundo MHMM, põe em relação a língua e a cultura nas suas vertentes de identificação do indivíduo e da sociedade a que pertence. No 1.º artigo, reflete-se sobre a natureza política do conceito de *língua* e sobre o seu caráter abstrato, se não houver concretização na produção linguística de cada indivíduo, sendo essa produção um fator de identificação cultural (p. 28). No 2.º artigo, explicitam-se os “principais motivos que legitimam a existência de uma política de difusão do Português no mundo” (p. 31). É deste artigo a recomendação de uma estratégia inovadora para a difusão do português como língua estrangeira: “Incluir uma área de aquisição e ensino da língua não materna na formação de base dos professores” (p. 40).

Na Parte II, as reflexões sobre o ensino da língua repartem-se pelo artigo “Investigação e ensino da língua materna na perspetiva do desenvolvimento”, de 2002, e “Le Portugais en contexte multilingue et multiculturel”, de 2009. Em ambos MHMM apresenta dados dos projetos de investigação de que foi responsável, nomeadamente o projeto *Diversidade linguística na escola portuguesa* (2003-2007) e *O ensino do português como língua não materna: estratégias, materiais e formação* (2008-2013). No primeiro destes artigos, encontramos uma lúcida definição do conceito de *criatividade* na perspetiva do desenvolvimento da aprendizagem da língua materna, “é própria de qualquer língua e é posta em ação por todos nós em cada momento quando falamos” (p. 53).

Os quatro artigos apresentados na Parte III articulam-se com os que se encontram na Parte II. No tema Dos Gramáticos e das Gramáticas estão reunidos os artigos “Fernão de Oliveira: um renascentista aventureiro e um gramático sensível”, de 2006, “A Gramática da Língua Portuguesa e seus antepassados”, de 2013, “Saudação a Rosa Virgínia Mattos e Silva”, de 2012, e “Homenagem a Isabel Hub Faria – Aprender a vida com a Isabel”, de 2012. Na saudação a Rosa Virgínia e ao seu forte sentido de cidadania diz a autora “‘Todos’ são, para a Rosa, os alunos que provêm de classes sociais profundamente diferentes entre si” (p. 117); por um lado, estes alunos necessitam do respeito dos outros no uso quotidiano que fazem da sua língua materna, por outro, “têm o direito de aprender a norma que lhes permite uma desejável ascensão social” (*idem*).

Integram a Parte IV do livro, Teoria e aplicações da fonologia, quatro artigos inscritos na área de investigação na qual MHMM mais aprofundadamente se envolveu – “A argumentação teórica e empírica na depreensão das unidades fonológicas”, de 2003, “O espaço da fonologia nas descrições gramaticais”, de 2010, “Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa”, de 2006, e “A Harmonização Vocálica e o Abaixamento de vogais nos Verbos do Português” de 2003. Pertence ao segundo artigo, apresentado no Seminário *Gramática: história, teorias e aplicações*, do CLUP, o excerto selecionado, que vem acrescentar-se a dois objetivos da *Gramática da Língua Portuguesa*, de que foi coautora. Esses objetivos, que explicita enquanto princípios, orientaram a construção da obra: por um lado, apresentar descrições consistentes com um modelo de gramática possibilitando a integração de factos de natureza lexical, sintática, morfológica, fonológica e semântica, por

P

outro, fundar essas descrições em resultados de investigação.

Citação: “Estamos, portanto, neste caso, perante uma gramática descritiva que se pretende prática e científica (integra factos de várias naturezas e é consistente com um modelo de gramática), na qual podemos descortinar *um quadro teórico* e, numa imagem levemente poética, *o pulsar do coração de uma língua*. A perspetiva que adoto como contexto para identificar o espaço da fonologia numa gramática da língua atual é a que subjaz às frases citadas” (p. 152)

Luís Filipe Redes, Associação de Professores de Português:

Nilsen, Don L. F. e Alleen (2019). *The Language of Humor: An Introduction*. Cambridge University Press. Edição do Kindle.

Esta obra é um tratado exaustivo e profundo sobre a linguagem do humor, que não deixa praticamente nenhuma perspetiva ou aspeto por considerar. Se uma atividade humorística é tudo o que nos faz, ou pretende fazer, rir, a sua forma, a sua materialidade e as circunstâncias comunicativas que a permitem variam imenso, desde a anedota que se conta num encontro de amigos ou numa *stand up comedy*, ao humor de situação, ao cartoon, à caricatura e à comédia teatral, entre muitas outras possibilidades. Na verdade, há poucas atividades humanas que não tenham um lado humorístico.

As situações de que o humor vive, ou que utiliza como objeto, inserem-se nas várias esferas da vida que incluem quase tudo o que podemos pensar: cultura popular, música, arte, negócios, educação, literatura, género (masculino ou feminino), geografia, ciência computacional, velhice, história, jornalismo, lei, literatura, saúde, música, nomes, filosofia, política, religião, psicologia, linguística e retórica. A cada um destes contextos do humor corresponde um capítulo do livro.

Os autores, Alleen Ace Nilsen e Don L. F. Nilsen, fazem parte da divisão de humanidades do Emeritus College da Universidade Estatal do Arizona onde têm lecionado disciplinas de linguística e língua inglesa a que acrescentaram estudos sobre o humor. Desta experiência pedagógica, resulta uma característica deste livro: a inclusão de propostas de atividades, no final de cada capítulo.

Uma das facetas do humor é o seu difícil equilíbrio entre a diversão brincalhona e a tirada ofensiva, cujo prejuízo menor será pôr alguém de mau humor, assunto que é analisado em vários momentos da obra, que refere como um dos casos limite o dos palhaços aterrorizadores. A acutilância do humor é um recurso que funciona frequentemente como arma política, mas também como forma de ostracizar os que não fazem parte do grupo, por exemplo, no âmbito do racismo.

O lado contrário à ofensa é o gosto que nós temos de nos rirmos de nós próprios como, por exemplo, em situações em que inesperadamente algum elemento sai da sua posição adequada e funcional e nos dá a sensação do ridículo e do risível, ocorrências que, com o avanço da idade, aumentam de frequência e, na sua evocação, se tornam numa fonte de humor que os autores analisam e exemplificam amplamente. Por exemplo, as siglas reinterpretadas como BYOT (Bring Your Own Teeth) e BFF (Best Friend's Funeral). Particularmente interessante, é a análise de um vídeo do YouTube [“Age-Activated Attention Deficit Disorder”](#). Finalmente, acaba com esta tirada magnífica: “Getting Old is Hell, but Remember the Alternative.”

O humor tem também um lugar importante na educação de que se dá conta de várias teorias dos seus efeitos positivos, como a da transferência do estímulo para os objetos de estudo. Coerentemente, a literatura infantil e juvenil abunda em colocações de humor, desde *Alice no país das maravilhas* até ao *Capitão Cuecas*.

A respeito das diferenças entre homens e mulheres no que respeita ao humor, aqueles mais propensos a dar lições e estas mais prontas a ouvir, apresenta-se uma análise destes estereótipos e da história de publicação de humor por mulheres nos EUA.

As peças de humor que versam também estereótipos sociais e profissionais diversos, como os que dizem respeito aos povos — lembremos, entre nós, as anedotas de alentejanos — e aos advogados e médicos, são também analisados e exemplificados. Hoorácio

O humor é um elemento essencial tanto do texto literário como das artes plásticas e da música. Nem mesmo as tragédias são dele isentas. Note-se a este respeito que a *Divina Comédia* de Dante só o é no sentido clássico de não ter um fim trágico. Para além das obras canónicas da literatura mundial e dos géneros escritos específicos do humor, apareceram outros como o *cartoon* e as peças radiofónicas e televisivas (“soap opera”, por exemplo, e o género de animação de que “os Simpson” são um exemplo). Há também toda uma história do humor no desenvolvimento dos movimentos artísticos como o dadaísmo e o cubismo. Fora da literatura e da arte, o humor vive também na conversação quotidiana de que já há um cânone relativo a diversas personagens históricas como Churchill e Bernard Shaw. Disto tudo, se faz uma história americana, anglo-saxónica e mundial com referências deliciosas que importa conhecer.

Uma parte importante do texto é dedicada à análise de processos linguísticos e retóricos e da perspectiva filosófica no discurso humorístico. Destacam-se processos como a ambiguidade (intencional), a metáfora, a metonímia, a sinédoque, o exagero, o paradoxo, a antítese, o oxímoro, o quiasmo, a ironia e a sátira. Muitos efeitos conseguem-se criando contextos em que se confrontam duplos sentidos da mesma palavra.

Na fixação de géneros de humor surgem paradigmas como os que opoem a sátira horaciana (de Horácio) à sátira juvenaliana (de Juvenal). Enquanto a primeira se baseia no exagero e na troça inteligente, branda e divertida com o fim de fazer pensar antes de rir, a segunda é amarga e negra. Horaciano será o “Animal farm” de Orwell e juvenaliano será o humor de Jonathan Swift em vários escritos como em “A Modest Proposal for Preventing the Children of Poor People in Ireland, from Being a Burden to their Parents or to their Country.”

Citação: “Um dos dispositivos mais efetivos da piada é a ambiguidade intencional, ou «duplo sentido». As piadas tendem a ser preenchidas com duplo sentido, de modo que, no mínimo, consistem em duas partes. Primeiro é a disposição inicial e, em seguida, vem a história, que inclui a «frase final». Na parte da montagem da piada, o texto é carregado na direção do sentido corriqueiro das palavras, mas, na parte final, é carregado na direção de um significado mais forte, que é a surpresa. Essa surpresa costuma ser uma leitura travessa ou sexual. Esse carregamento inverso do argumento é o que faz a piada funcionar porque desencadeia uma epifania para o público. O ouvinte ouve uma história normal sobre coisas normais, mas então o argumento leva o entendimento a uma leitura contrastante que faz com que se reconsidere toda a parte inicial da piada e se perceba que essa leitura divergente conduz ao que pode ser chamado de sátira cortante”¹.

Noémia Jorge, ESECS – Politécnico de Leiria; CLUNL; Colégio Verde Água - Ensino Básico e Academias (Mafra):

Coutinho, A. (2019). *Texto e(m) linguística: Teorias, cruzamentos, aplicações*. Lisboa: Edições Colibri.

Neste livro, Antónia Coutinho reúne trabalhos produzidos ao longo da sua vida académica e científica, centrados na noção de *texto*, articulando linguística, análise literária e didática da língua.

O livro está organizado em quatro secções complementares: na primeira, Antónia Coutinho contextualiza e sistematiza as noções de *texto*, *discurso*, *género de texto*, *conectores* e *organizadores textuais*. A segunda parte é dedicada a práticas textuais em contexto académico/científico, com destaque para o resumo, a contração de texto, a síntese, a paráfrase, a citação, o comentário e a revisão crítica. Na terceira parte, a autora apresenta a Teoria do Texto como área específica da Linguística (que ajudou a construir, na Universidade NOVA de Lisboa, na continuidade do trabalho de Luísa Soares Opitz). Por fim, cruza Linguística, Literatura e Didática, estabilizando as noções de *género*, *modo* e *tipo de texto*.

¹ Texto original: “One of the most important dramatic devices of the joke is intentional ambiguity, or double-entendre. Jokes tend to be filled with double-entendre, so that at a minimum they consist of two parts. First is the set-up, and then comes the story, which includes the «punch-line» In the set-up part of the joke, the text is loaded in the direction of the mundane, but in the punch-line part of the joke, the text is loaded in the direction of a more dramatic meaning, which is the surprise. This surprise is often a naughty or sexual reading. This reverse loading of the punch-line is what makes the joke work because it triggers an epiphany for the audience. The listeners have been hearing a normal story about normal things, but then the punch-line moves the listener's understanding toward a dramatic reading that causes the listener to reconsider the entire set-up of the joke and to realize that this dramatic reading is pointing the listener to what might be called biting satire.”

P

Devido ao seu caráter teórico-prático, a obra destina-se quer a estudantes universitários, quer a docentes de Português do Ensino Básico e Secundário. De facto, muitos dos materiais agora reunidos foram inicialmente documentos de apoio utilizados em aulas, tendo, por isso, uma componente prática bastante acentuada. Para além de alargar a exposição e contextualização teórica de tópicos (devido ao caráter esquemático ou instrucional das versões iniciais), a autora não só manteve as propostas de exercícios já existentes, como também criou sugestões de atividades, que integrou no final das secções.

O resultado está à vista: *Texto e[m] Linguística* é uma obra útil como ferramenta de trabalho para estudantes e professores de Português, tendo, entre outros, o mérito de estabilizar e transpor didaticamente teorias e conceitos comuns a três áreas distintas (mas complementares): Linguística, Literatura e Didática.

Citação: A citação escolhida foi retirada do final do preâmbulo:

“Em vários momentos do percurso pensei que, como Eugénio de Andrade, também eu poderia dizer: «Como Mallarmé, também eu poderia dizer: Eis um livro como aqueles de que não gosto.» [...] Por, como ele(s), não gostar de “livros assim, esparsos e privados de arquitectura”. Mas o volume que agora apresento poderá ser esparso, mas não privado de arquitetura. Poderá a arquitetura parecer mais ou menos convencional, mas organiza-se em quatro partes, com identidades definidas e com inter-relações operacionais: I. Introdução; II. Práticas textuais em contexto académico/científico; III. Teoria do texto; IV. Cruzamentos: Linguística, Literatura e Didática. [...] Como o poeta, sei que há outra razão para não gostar de livros assim. Não se trata neste caso, como é evidente, de “não ter sabido distinguir, na maioria destes escritos, a fronteira entre prosa e poesia”. Mas não tenho a certeza de ter sempre sabido distinguir a voz de docente e a voz de investigadora. Não poderei dizer, como Eugénio: “Será que ninguém pode fechar os ouvidos às suas vozes mais profundas?”. Porque a docência e a investigação se inter-relacionam (me intra-relacionam) de forma inevitável, irremediável.” (p. 17)

Teresa Vieira da Cunha, Associação de Professores de Português

Russeff, Ivan (2004). “O Ensino da Língua Portuguesa: variações em torno da Gramatiquinha”. In *Revista Lusófona de Educação*, n.º 4. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 61-72.

O presente artigo, da autoria de Ivan Russeff, docente brasileiro da Universidade Católica de Mato Grosso do Sul, tem como propósito analisar o ensino da Língua Portuguesa a partir de questões teóricas e metodológicas colocadas pelo filólogo Celso Cunha e pelo escritor Mário de Andrade.

As questões assinaladas têm como ponto de partida o Projeto-Lei 1676/99, apresentado pelo deputado Aldo Rebelo e cujo conteúdo defende medidas de restrição ao uso de estrangeirismos.

A partir do teor do documento apresentado, o autor evoca um aceso debate entre Celso Cunha, sobre o destaque da unidade superior da Língua Portuguesa e Mário de Andrade, com a aposta na diversidade linguística, presente na sua obra por concluir, intitulada *Gramatiquinha da Fala Brasileira*.

Tendo Aldo Rebelo apresentado um diploma em defesa do purismo das tradições clássicas da Língua Portuguesa, talvez não imaginasse que, após apresentação do documento, iria trazer à memória os debates acesos sobre o Português falado no Brasil.

De acordo com Celso Cunha, a defesa da língua não deve descurar um ponto de equilíbrio, sendo de defender a unidade linguística no Brasil. Tal unidade deverá ser consequência de uma interação continuada e dinâmica da norma culta com os estrangeirismos e as variantes dialetais. Em última instância, o filólogo defende a construção de uma comunidade linguística lusófona, fator que, no presente, mantém a atualidade.

No que diz respeito à opinião de outro participante neste debate sobre a língua, o escritor Mário de Andrade, verifica-se, nos seus argumentos, a ambição de construir, a partir de estudos linguísticos e da sua obra literária, uma via renovadora, que evite “a vala comum da patriotada”.

Apesar de diferentes posições, o artigo destaca um desígnio comum ao filólogo e ao escritor – a defesa inalienável de uma unidade linguística do Português, sem que seja desvalorizada a modalidade utilizada no Brasil.

Citação: “Se Mário de Andrade investiu mais na estilização culta da fala brasileira por meio da Literatura e Celso Cunha na aceitabilidade social da norma culta pela educação escolar, essas diferentes opções práticas não os distanciam; antes os reafirmam como intelectuais orgânicos brasileiros que entenderam o valor da cultura como processo de persuasão coletiva e de consolidação do *ethos* nacional.” (p. 70)

Lagarto, José et al. (2017). “A utilização de *tablets* em escolas de 2.º e 3.º ciclos: Contributos para a implementação de projetos com manuais digitais”. In *Investigar em Educação*, II Série, n.º 6. Braga: SPCE, Universidade do Minho, pp. 81-106.

Este artigo resulta de um estudo no âmbito do acompanhamento pedagógico no 3.º ciclo do Ensino Básico, ao longo de quase três anos. O projeto, com a designação de ManEEle (Manuais Escolares Eletrónicos), foi desenvolvido, entre 2013 e 2016 no Agrupamento de Escolas de Cuba, no Alentejo, e envolveu duas turmas. A cada aluno e professor foram facultados *tablets*, a fim de poderem utilizar os manuais digitais, uma plataforma de recursos educativos e conteúdos em versão *offline*.

Os *tablets* utilizados obedeciam às seguintes especificidades: ligação a outros dispositivos e um ecrã no qual podiam ser introduzidos dados com a caneta ou com o dedo.

Foi cedido aos docentes um acervo documental para apoio ao trabalho com os alunos.

O plano, alicerçado em metodologias específicas, contemplou as seguintes áreas: infraestruturas para a tecnologia; suporte técnico e pedagógico e preparação/desenvolvimento dos professores e recursos educativos, incluindo os de avaliação.

Um aspeto fulcral nos modelos utilizados foi o da valorização dos professores enquanto elemento indispensável ao longo do processo.

O artigo destaca a ausência, na legislação nacional, de especificidades técnicas básicas acerca dos equipamentos destinados ao trabalho escolar. Salienta ainda a necessidade de serem definidas orientações pedagógicas relacionadas com a utilização das tecnologias em sala de aula. Na tentativa de colmatar lacunas, são destacadas as boas práticas presentes no programa canadiano “Computers for Schools”, com linhas de orientação objetivas, bem como as especificidades legislativas colombianas, com parâmetros definidos, de modo exaustivo, no que diz respeito à utilização dos equipamentos.

Do estudo de caso presente no artigo em questão, resulta um conjunto de recomendações de eventual interesse para os estabelecimentos escolares que pretendam adotar a utilização de *tablets* em sala de aula. Entre as recomendações, são destacadas as seguintes: “Os *tablets* têm de apresentar características adequadas ao seu uso, tais como a robustez, o armazenamento de dados e a velocidade de processamento”; “A liderança institucional deve dar um suporte expresso e efetivo às mudanças que pretende ver implementadas no seu território educativo”; “As redes sem fios (*wireless*) devem ter largura de banda e elevada cobertura no *campus* escolar”; “Devem ser induzidas comunidades de [...] docentes para potenciação do desempenho e partilha de práticas, usando ambientes virtuais de aprendizagem adequados” (pp. 87-88).

Como conclusão, é de salientar a opinião dos alunos acerca do projeto implementado ao longo do 3.º ciclo: cerca de 1/3 referiu que a tecnologia não contribuiu para a melhoria dos seus resultados, o que poderá encontrar justificação no facto de cerca de 25% terem referido não estudar diariamente com os manuais digitais.

Curiosamente, verificou-se que a maioria não recorria ao *tablet* para jogar (61%) e que os restantes jogavam de modo pontual.

Citação: “Implementar o uso de tecnologias móveis no território educativo da escola pode ser um processo que, nos tempos futuros, seja algo trivial. A evolução da tecnologia é imparável e todos os dias nos defrontamos com novos equipamentos e *softwares*, que podem ajudar os docentes a organizar as estratégias de ensino e a aprendizagem dos seus alunos. Porém, nos tempos atuais e próximos, esta integração deve ser feita com algum cuidado, dado que envolve muitas variáveis e dimensões, e o não funcionamento adequado de qualquer delas pode colocar em risco estes processos, dando origem a rejeições a novas experiências que envolvam tecnologias.”.

Palavras

Conselho de Leitura da Revista Palavras

Sistema de Arbitragem Científica Independente

Instruções & Princípios

1. Todos os artigos candidatos a publicação começam por ser selecionados pelo Conselho Editorial, constituído pelo Diretor, Diretor Executivo e Editores Executivos, de acordo com os seguintes critérios: (a) adequação à linha editorial, (b) adequação às indicações editoriais e (c) correção linguística.
2. Após esta pré-seleção, cada texto é enviado a um membro do Conselho de Leitura que deverá proceder à avaliação durante as quatro semanas seguintes.
3. Os textos não podem ser enviados a membros do Conselho de Leitura com a identificação do(s) autor(es), tal como ao(s) autor(es) nunca pode ser indicada a identidade do(s) seu(s) avaliador(es), uma vez que todo o processo é confidencial.
4. Os onze tópicos avaliados pelo Conselho de Leitura, e que servem para orientar a recomendação final, são os seguintes: (a) título; (b) contextualização do problema; (c) apresentação de finalidade e/ou objetivos; (d) enquadramento teórico; (e) metodologia(s); (f) coesão e coerência; (g) extensão do texto; (h) pertinência da informação; (i) clareza de tabelas, excertos, imagens; (j) apresentação de conclusões; (k) bibliografia.
5. Os resultados da avaliação podem ser quatro: (a) aceitação do texto na forma atual; (b) aceitação do texto após pequenas alterações que são identificadas; (c) pedido de revisão profunda do texto sujeita a nova avaliação; (d) rejeição do texto.
6. Tendo em conta a avaliação do Conselho de Leitura, a decisão final sobre a publicação de textos cabe ao Conselho Editorial, no pressuposto de que o conteúdo dos textos é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.